

DOS MUROS ÀS CERCAS: UM ENTENDIMENTO DOS TERRITÓRIOS SEGREGADORES E EXCLUDENTES NO(S) ESPAÇO(S) URBANO(S) E RURAL(IS): SIMILITUDES E CONTRADIÇÕES¹

WALLS OF THE FENCES: AN UNDERSTANDING OF TERRITORIES SEGREGATE AND EXCLUSIONARY NO (S) AREA (S) URBAN (S) AND RURAL (S): SIMILARITIES AND CONTRADICTIONS

Cintia Pereira dos SANTOS*

Resumo: O presente artigo pretende analisar os processos de segregação e exclusão socioterritoriais inseridos nos espaços rurais e urbanos, que se materializam primeiramente, por meio de suas formas, como os muros dos condomínios fechados; horizontais e/ou verticais, bem como as cercas dos grandes latifúndios. Tal similitude e correlação deve-se ao fato desses processos causarem demasiadamente a divisão, isto é, a separação dos indivíduos, assim como dos grupos sociais. Em decorrência disso imprime-se a imaterialidade, construída por símbolos e signos que reforçam a separação social por meio da propriedade privada, dos meios de produção e dos bens de consumo coletivo.

A materialidade apresenta-se nas formas de separação territorial dos indivíduos, onde nos espaços urbanos, utilizam-se altos muros, cercas eletrificadas, segurança privada, dentre outros. Enquanto no meio rural, manifesta-se na propriedade privada, nas cercas que delimitam e acirram as contradições inerentes ao uso da terra, vinculadas ao latifúndio e ao agronegócio.

Compreendendo o conteúdo dos muros e das cercas como territórios socialmente construídos e que estabelecem relações de poder. No caso das cidades, os espaços públicos são apropriados como áreas particulares – (constituindo espaços públicos - privados) que por ora não permitem o acesso de todos (as), já nos latifúndios é estabelecida a lógica da propriedade privada, portanto, da concentração fundiária, além dos ditames do agronegócio.

Palavras-chave: espaços urbanos, espaços rurais, segregação, exclusão socioterritorial.

Abstract: This article to analyze the processes of segregation and exclusion socioterritoriais inserted in rural and urban spaces that materialized primarily through its forms, as the walls of gated communities, and horizontal or vertical, and the fences of the large estates. This similarity and correlation due to the fact that these processes cause too much division, the separation of individuals and social groups, and that this process due to immateriality prints, constructed through signs and symbols that reinforce the social separation through private property, means of production and consumer goods group.

The material is presented in the expressed forms of territorial separation of individuals, where urban spaces are presented in high walls, electrified fences, private security, among others, while in rural areas, private property, fences demarcating and intensifies the contradictions inherent in the use of the land in dispute against the farms and agribusinesses.

Understanding the content of walls and fences as socially constructed territories and establishing power relationships in the case of cities, public spaces are appropriate to particular areas - (constituting

¹ O presente artigo compreende a finalização da disciplina: Teoria dos Territórios e da Questão Agrária, ministrada Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e têm como objetivo apresentar junto ao tema da Dissertação de Mestrado ainda em curso, as discussões pertinentes a habitação e o mercado imobiliário no Espaço Urbano da cidade de Londrina – Paraná.

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista - UNESP - “Júlio Mesquita Filho” Campus Presidente Prudente. Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. E-mail: cintiapsgeo@gmail.com

public spaces - private) which for now does not allow access for all while the large estates lay down the logic of private property, so the concentration of land, beyond the dictates of agribusiness.

Key-words: urban spaces, rurals areas, segregation, exclusion socioterritorial

Introdução

Tanto simbólica quanto materialmente, essas estratégias operam de forma semelhante: elas estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos.

Teresa Pires do Rio Caldeira – Cidade de Muros

Para analisarmos como as formas excludentes e segregadoras constituem-se nos espaços urbanos e rurais, não podemos perder de vista os processos gerais e particulares que são manifestados e materializados em ambos, para que sejam apreendidas como realidade no modo de produção capitalista.

Mudanças, cada vez mais significativas e velozes, requerem de nós, pesquisadores, o fornecimento de elementos cada vez mais coerentes no sentido de contemplação e sensibilidade para conhecer os indivíduos, as populações e grupos que estão envolvidos nos processos excludentes, desta forma econômica na qual a sociedade contemporânea está submetida.

Os processos de exclusão evidenciados no campo e na cidade finalizam-se e decorrem de um processo muito elaborado. Primeiramente, temos a fragmentação socioespacial dos indivíduos decorrente da separação das classes e de vinculações de cunho econômico. Posteriormente, tem-se outro processo ainda mais severo: o da segregação socioespacial, envolvida principalmente pelas questões habitacionais na cidade e de todos os elementos a ela acoplados, da mesma maneira que no campo, há a disputa pela terra, que é meio e mecanismo de sobrevivência.

Nesse sentido, ampliando a discussão de Carlos (2003), compreendemos que a habitação, por exemplo, cerceada nesses espaços vai muito além do que somente a casa. Envolve assim, outras dimensões espaciais, como a rua, o bairro, a vivência, as histórias habituais estabelecidas, os modos de vida, as relações com o meio. Enfim, todas elas estão apoiadas na vida cotidiana, sustentadas pela memória, sendo a construção do lugar remetido à própria identidade.

Os muros, as cercas, as fiações elétricas, e todos os aparatos de separação e delimitação entre as classes sociais revelam a clara disputa de classes, existente pela luta da terra e pelo direito à moradia. Assim sendo, é a terra posta neste mecanismo como mercadoria *versus* a existência/sobrevivência.

A dificuldade e o impedimento imperam na reprodução, que se dá tanto no plano individual, pela própria plenitude da existência humana, como da reprodução da vida coletiva. Isto é, socialmente, sendo assim, altamente segregadora e no mais excludente.

Deparamo-nos cada vez mais, com determinadas classes/grupos/agentes sociais afeiçoadas ao direito e à defesa da propriedade privada, na tentativa de garantir modelos de reprodução de seu capital. Por outro lado, existe um exército de trabalhadores que só possui na sua força de trabalho, cada vez mais barata, a forma pela qual constituem a sua sobrevivência.

Para Paulino (1997, p. 16), os processos oriundos de exploração no campo estão atrelados a um modelo pautado na concentração fundiária e na subutilização da terra, que se encontra na origem dos obstáculos à geração de empregos rurais seja em moldes tipicamente capitalistas, nas relações salariais, seja na reprodução autônoma, através do controle dos meios de produção.

No contexto urbano, observa-se a deterioração das formas trabalhistas, de lazer, transporte, alimentação e principalmente relacionadas à questão da habitação, um dos componentes de permanência e reprodução social mais oneroso aos indivíduos citadinos.

A terra tem uma particularidade, a qual permite que o capitalismo não apenas reforce a propriedade privada da terra – a renda –, a determinados grupos e classes sociais, como também esforçam-se criando cada vez mais novas estratégias para transformá-la em mercadoria. Nesse sentido,

[...] Embora a exclusão social seja indissociável do modo de produção capitalista de produção, a sua dimensão expande-se par e passo ao fenômeno de concentração e monopolização do capital, culminando num estreitamento sem precedentes de oportunidades e, por extensão de expectativas, não só para os trabalhadores, mas para o conjunto da sociedade, já que este modelo em curso é, em essência, excludente e predatório. (PAULINO, 1997, p. 16).

O paralelo existente entre os muros dos grandes centros urbanos evidenciados nos condomínios fechados sejam esses horizontais ou verticais, e as cercas dos espaços rurais, deriva de um terreno fértil construído pela propriedade privada, que dá suporte à acumulação capitalista, em detrimento da existência humana/social materializando-se em formas visíveis cerceando um modo de vida individual e/ou coletivo.

Tentando ampliar a discussão do habitar, desenvolvida por Carlos (2003), que compreendemos ser de suma importância para o tema em questão, consideramos que o uso do espaço relacionado à cidade, também se aplica ao campo, na medida em que ganha qualidades tanto específicas, ora num ou outro espaço, como também por similitudes, haja vista, que a reprodução da vida se desenvolve em seu conjunto amplo de significados.

[...] o ato de "habitar" esta na base da construção do sentido da vida, nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir da casa. Significa afirmar que o ato de habitar produz a "pequena história" aquela construída nos lugares comuns, por sujeitos comuns na vida cotidiana (CARLOS, 2003, s/p).

Ressaltamos a aplicabilidade destas designações à cidade, mas que porventura com suas similitudes aplicam-se ao espaço cotidiano da vida no campo.

A questão da apropriação e da dominação dos espaços, termos esses trabalhados por Haesbaert (2006) e em suas outras obras, constitui de suma importância na análise dos territórios em disputa, seja na luta pela terra e reforma agrária no campo, contra a especulação imobiliária e direito à moradia nas cidades, e mais do que isso, pelo direito a cidadania em ambos.

O uso produtivo e a produção econômica impõe-se ao uso "improdutivo" centrado na vida cotidiana, onde a vida e suas relações são postas no jogo da reprodução do capital. As casas nas áreas rurais configuram-se em meras mercadorias, passíveis de serem trocadas, derrubadas, vendidas ou postas à especulação imobiliária, sendo colocadas de lado as funções reais e, portanto, necessárias ao uso da terra.

Nesse sentido, procuramos aqui, contemplar algumas facetas em torno da discussão da segregação, exclusão e fragmentação socioespacial. Elementos, que para nós, são considerados fundamentais para entendermos a dinâmica das relações e consequências da realidade de muitos brasileiros advindos do meio rural e, criando outras relações na cidade.

Consequências de desagregação territorial: campo *versus* cidade

A saída ou desagregação do local de pertencimento de vários indivíduos perpassa por processos históricos conflitantes. Assim sendo, torna-se necessária a retomada de explicações do momento de desagregação e desvinculação forçada de populações no campo, que por ora, destinam-se aos grandes centros urbanos em busca de novas oportunidades e que nesse percurso, infelizmente, muitos encontrarão novamente outras formas excludentes e de separação socioespacial.

Explicar o conceito de território não é uma tarefa fácil, se compreendermos que não se trata apenas de um conceito puro. Mas, em que estão elencados elementos, atribui sentidos à toda uma luta de resistência e na maioria das vezes à permanência dos grupos.

No campo ou na cidade, o território constitui-se como espaço de identidade, de força e de luta, interpenetrada pelas relações sociais. Assim sendo, entendemos por território;

[...] o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes de identidade. Um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem). (SOUZA, 1996, p.84).

Mas, mesmo que aquele bando não se entenda como um agregado com vínculos territoriais, não parece absurdo supor que a defesa e a disputa extrapolam os limites do próprio corpo. Vivência em grupo, permanência e repetição de trajetos podem ser reconhecidos como uma ponte entre o puro espaço e o território.

Antes, porém, de uma sujeição plena do território, antes deste se caracterizar como recurso pelo qual se exerce o domínio e o controle social, surgem as territorialidades. Ao território se chega pelo desenvolvimento dessa relação. Aliás, isto é importante: o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. E, se apenas parte dessas características estão presentes, creio que podemos considerar a ocorrência do seu princípio, ou seja, do princípio da territorialidade (HEIDRICH, 2004, p. 38-39).

Dessa forma, os territórios construídos por processos segregadores de certos grupos, decorrentes de fatos e processos históricos, são pautados num modelo econômico. Buscando a raiz do problema, nota-se a crescente diferenciação que o modo de produção capitalista tomou para se reproduzir. Essas medidas se configuram desde os séculos XV e XVI e que posteriormente, mais acirradamente na metade do século XX, com a chamada globalização e a entrada de novas técnicas e tecnologias, alternou toda uma base produtiva, bem como social e do trabalho.

Os latifúndios, e os condomínios fechados constituem-se como a dominação de territórios sejam eles públicos, cercados ou murados, e que pertencem, na maioria das vezes,

mais a uma questão de *status* social e uma diferenciação socioeconômica espacial impositiva, traçando relações de poder direta e de domínio constituído.

No intento as especificidades dos espaços rurais e urbanos e de toda a dinâmica que os estrutura e os reestrutura, advindas das significativas mudanças tecnológicas dos últimos cinquenta anos, faz-se necessário uma análise retrospectiva de consequências e impactos que foram causadas a milhares de famílias.

Os novos arranjos territoriais, configurados na reestruturação do trabalho no campo, tiveram entre as várias consequências a intensa migração de famílias para a cidade, característica de um período intenso nos anos de 1950, já nas décadas subsequentes, provocada pelo advento do agronegócio, tornando acirradas as histórias de desigualdades sociais e territoriais.

A concentração fundiária, a proletarização das relações de trabalho no campo, um mercado de trabalho agrícola formal são algumas das características marcantes em relação à modernização da reestruturação produtiva dos aspectos, explicitadas por Elias (2006), ou seja, numa intensificação do capitalismo, que se processa de forma seletiva e excludente e altera as forças produtivas advindas de constantes modificações, bem como de inovações nas relações homem-natureza.

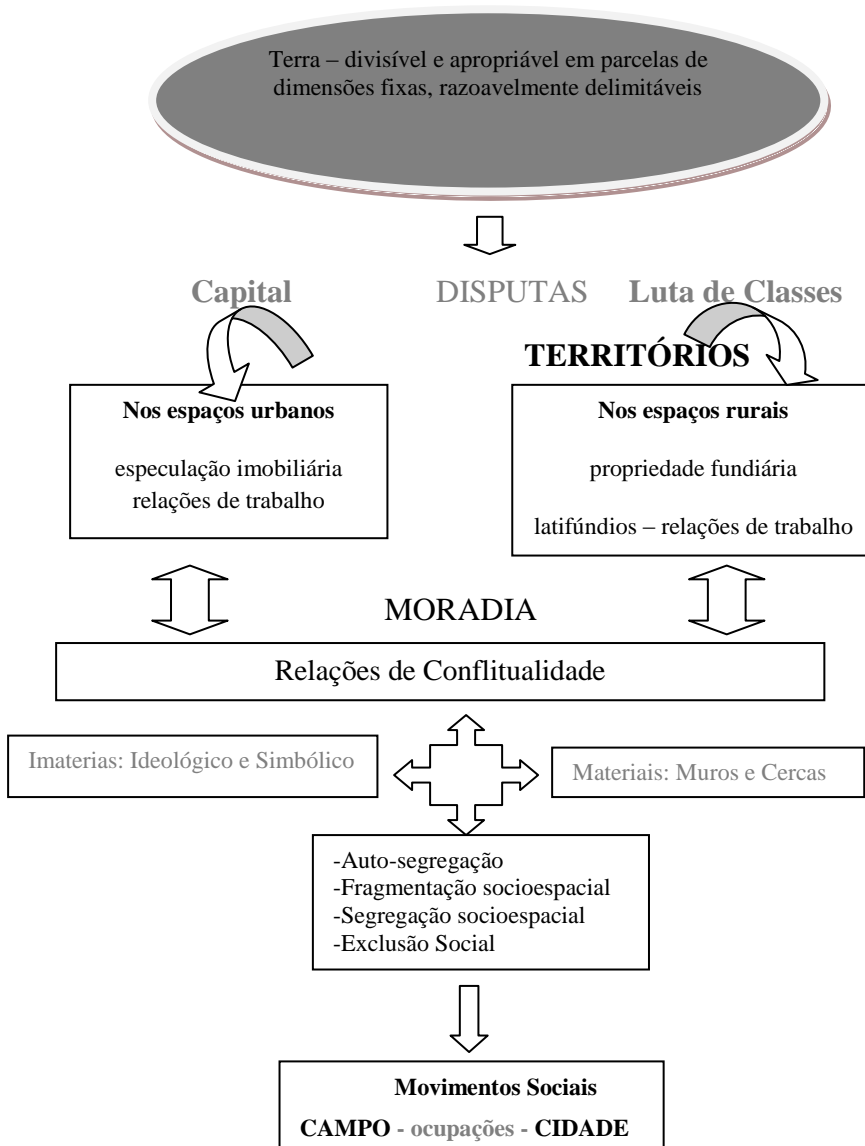
Em todo o País, a expansão da agricultura científica e do agronegócio globalizado promovem um incremento da economia urbana, especialmente associado ao dinamismo do consumo produtivo, da dinâmica populacional e do mercado de trabalho. Diante disto, são estabelecidas muitas novas relações campo-cidade. Apresentam-se, então, cidades cujas vidas de relações e demandas principais associam-se ao agronegócio. [...] (ELIAS, 2006, p. 26).

A forma seletiva e excludente verificada nos espaços rurais e urbanos privilegia determinados segmentos sociais, quer pelas questões habitacionais, quer pelas inovações científicas e técnicas, dadas para a ampliação tanto da produção, como do consumo, acentuando a determinação de escolha pelos lugares, assim como, atentam-se para determinadas regiões brasileiras em detrimento de outras, na divisão territorial do trabalho. Para Santos (1993), de certa forma no modo de produção capitalista compõem-se o exército de lugares de reserva: o campo para o agronegócio; e os centros urbanos para a complexificação das atividades produtivas.

O esquema a seguir tenta ilustrar as relações cidade-campo, numa tentativa de congregar suas similitudes em relação às disputas dos indivíduos, por territórios de vida/moradia/sobrevivência. Muitos dos movimentos e das próprias diferenças constituem-se pela diferenciação dos espaços, que para muitos, tornam-se palco de lutas semelhantes, na busca de cidadania.

A questão primordial elencada neste contexto é a disputa pela terra nos diferentes espaços.

Esquema de Explicação:



Estrutura fundiária e segregação socioespacial no campo

Analisando as consequências da modernização da agricultura brasileira, a estrutura fundiária do país desde seus primórdios, os mecanismos de obtenção das terras, o crescimento e o início do processo de diferenciação do uso do solo e o manuseio da agricultura, percebe-se que eles incidiram grandes impactos para a população campestre, assim como, impactos ambientais advindos de novas tecnologias.

Para muitos autores, a concepção de um dito desenvolvimento para o campo “arcaico” originou-se pela importação de ideias já vinculadas nos países centrais, onde a questão dos problemas sociais decorrentes da pobreza foi o ponto alto dos argumentos para vinculação de políticas públicas na implementação de novas tecnologias no campo brasileiro.

Nesse contexto, a implementação de pacotes tecnológicos da chamada “Revolução Verde” e o processo de novas tecnologias implementadas no campo brasileiro oriundas de

políticas importadas fizeram das décadas de 1960 e 1970 marcos do chamado “progresso” no meio agrário brasileiro. A consequência de um progresso que não priorizou sua população, mas os meios técnicos-tecnologia, foi o desemprego em massa, visto que a desapropriação de terras de populações camponesas se constituía como meio e condição de sua existência (SANTOS, 2006).

A inevitável migração em massa e a decorrente queda do nível de vida dessas populações para os grandes e médios centros urbanos caracterizam a pauperização e a desagregação de um modo de vida próprio e historicamente construído, pois isso se dá no mesmo momento de enriquecimento das empresas, que utilizaram esse avanço técnico-tecnológico, da concentração de seus capitais distribuídos pelos vários setores do processo produtivo e da diversificação de suas atividades de comercialização.

A estrutura agrária da qual conhecemos constituiu,

[...] parte de um processo mais amplo da expansão da indústria de insumos para a agricultura e da indústria processadora de alimentos. Nesse quadro, como evidenciado, uma reforma não atinge apenas um grupo de privilegiados latifundiários. É o conjunto da estrutura industrial, da lógica de acumulação capitalista, na qual a agricultura está integrada, que esta em questão no caso de uma modificação profunda da estrutura agrária (SANTOS, 2006, p. 289).

Analisando a modernização dos setores produtivos num contexto generalizador campo-cidade, podemos afirmar que na atualidade as condições de desigualdade econômica tem acentuado suas características para grande parte da população brasileira. Visto que, grande parte das pessoas são oriundas do campo, sofrendo o que Kowarick (1979) chama de espoliação, ou seja, elas são retiradas de seus meios de vida e existência. Sendo assim, realimentamos este termo – espoliação – onde o autor o caracteriza para as relações urbanas e também para o indivíduo do campo, pois esse, em nosso entendimento é assim expropriado – espoliado duplamente. Primeiramente, em seu local de origem, de onde lhe é retirado os seus meios de subsistência e moradia, e posteriormente no meio urbano, pelas condições precárias de trabalho, transporte, habitação, saúde e demais elementos que constituem a vida na cidade, essenciais e básicas.

Para Santos (2006), a pobreza resultante de uma modernização brasileira decorre de vários momentos históricos. Ela tem viabilizado uma fragmentação socioespacial das diferentes camadas sociais e acentuado uma segregação sem precedentes. Na configuração espacial do campo, vemos muitas famílias semiproletarizadas e de produtores tradicionais que para continuar a sobreviver precisam integrar-se às tecnologias modernas, lembrando o extremo de situações, em que a exploração do trabalho escravo por empresas e latifundiários, nas distintas regiões brasileiras, é ainda largamente utilizada, sendo poucas vezes combatida, descoberta ou denunciada.

O caráter especulativo e a canalização dos recursos, em parte advindos do poder público, beneficiam um modelo de desenvolvimento no país que reforça a concentração de renda no meio rural, tanto em termos pessoais como regionais, visto que há regiões brasileiras com maiores percentuais de concentração fundiária em detrimento de outras. As práticas creditícias, os subsídios para a compra de maquinários e/ou insumos têm priorizado grandes grupos, reforçando modelos de organização espacial da agricultura brasileira, pois, já que ainda não saímos de modelos agroexportadores de monocultura desde nossa colonização. O que mudou, em nossa compreensão, foram as culturas e seus processos produtivos.

Na evidência de um Estado que se coloca a serviço do modelo econômico e de alguns grupos dominantes, faz-se uma constatação inerente das condições de trabalho dos indivíduos e sujeitos do campo, a expropriação territorial de seu modo de vida e de condições de mobilização dos diversos movimentos sociais no meio rural.

Considerando as análises gerais dos processos de modernização do campo brasileiro, Elias (2006) ressalta a importância de se considerar os aspectos de reestruturação produtiva, tanto nos espaços rurais, quanto nos urbanos, que tem causado grandes e profundos impactos à realidade brasileira. Considerando a difusão do agronegócio, a atual divisão territorial do trabalho no campo e a nova configuração territorial que têm sobremaneira acentuado as desigualdades sociais e territoriais, além de outras desigualdades.

Acirra-se, desde então, a expansão das relações capitalistas de produção no campo, conduzida de maneira extremamente prejudicial à maioria da população brasileira, à organização do território e ao meio ambiente. Promove-se, assim, um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza, acentuando as históricas desigualdades socioespaciais brasileiras. (ELIAS, 2006, p. 28).

Há de se considerar as grandes contribuições de Santos (1993), concernentes ao tema da urbanização brasileira, onde tanto o campo, como a cidade possuem locais de reservas para a reprodução do sistema capitalista. Em suas considerações, o campo possui e torna-se cada vez mais lugar atrativo aos incorporadores e aos setores hegemônicos, assumindo novos papéis na divisão internacional do trabalho agrícola, revelando a dicotomia entre uma agricultura tradicional e de um sistema próprio de produção e das relações estabelecidas em conflito com uma agricultura científica. Esses, por vez, são submetidos aos grandes grupos econômicos dos chamados conglomerados nacionais e estrangeiros sem esquecermos do acirramento das políticas neoliberais, bem como da suposta “diminuição” do papel do Estado (ELIAS, 2006).

Assim sendo, a questão do preço da terra tem sido intensificada aos moldes de produção do agronegócio, na medida em que o valor de uso vem sendo pormenorizado em detrimento do valor de troca. Promovendo, então, a expropriação de famílias dos seus meios de produção, de sua moradia e que, com isso, configuram-se na execução da sua força de trabalho na cidade, para garantir sua subsistência. Os trabalhadores do campo e da cidade constituem-se partes integrantes da combinação e contradição provocadas pelo capitalismo.

A segregação de muitas famílias de origem camponesa se dá na medida em que o domínio de conhecimentos, fazeres e saberes construídos tornam-se muitas vezes desnecessários ao domínio técnico-científico. O camponês, recém-egresso da cidade ou mesmo do campo tecnificado, vê-se em territórios seletivos, onde o capital investe excessivamente nos equipamentos e em tecnologia avançada, em detrimento do humano.

É nessa configuração, que tanto famílias oriundas do campo, como as já estabelecidas nas cidades têm como destino as periferias das capitais ou mesmo as favelas dos grandes e médios centros urbanos, numa realidade cercada de muros e de afastamentos simbólicos concretos. O mesmo fim tem aquele que ficou no campo, na condição de segregado e/ou excluído dos meios básicos, já que ele se difere dos grandes proprietários de grandes áreas cercadas de recursos e providências, muitas vezes utilizadas apenas para a especulação imobiliária ou para as novas atividades.

Os novos paradigmas: seguridade e controle

Os exemplos vinculados pelo mundo de diferenciações espaciais diante da violência e da insegurança também são elementos constituintes das separações e divisões no campo e na cidade. Antigos ou novos exemplos dessas configurações são reconhecidas seja nas migrações, na separação de pobres e ricos, seja nas inibições de comportamento.

O que comprova isso é o muro construído em Tijuana, já na questão da migração ou dos muros construídos ao redor de favelas latino-americanas, temos o exemplo de Caleta Olívia na Argentina (SVAMPA; SILVA, 2009), assim como em São Paulo e Rio de Janeiro.

Esses espaços se constituem como uma nova territorialização do poder. O mesmo paralelo se dá com os espaços rurais, que mesmo com suas cercas baixas desenvolvem um papel inibidor e que se configuram como reforçador da propriedade privada especulativa, de controle e de segurança.

Bock (2009) enfatiza que o sistema social no qual vivemos tem como uma de suas premissas fundamentais a acumulação e a individualização. A consequência disso é a exclusão, na medida em que os muros, – e daí nossa contribuição – as cercas, nada mais são do que hiatos sociais e por isso, quase todos esses elementos devem ser considerados vergonhosos, já que se constroem para a separação, seja pela vergonha do outro e/ou pelo ressalte econômico e social.

As relações de classe e, portanto, de interesses potencializam e nutrem o avanço dos interesses individuais sobre os coletivos, bem como a utilização de espaços privados sobre os públicos, tendo no cerceamento por meio do muro ou das cercas exemplos mais contundentes de disciplinamento sobre as populações consideradas “perigosas”. Seja “[...] que este se manifeste como um dispositivo de apropriação ou se trate de uma empresa ou agente privado – que avança decididamente sobre o espaço público.” (BOCK, 2009, s/p).

Diferenças econômicas e sociais constituem-se na forma e funcionamento de diferenciação social e segregação territorial. Rolnik (2009) contribui para a discussão do processo, que achamos ter coerência no processo de diferenciação territorial, ou seja, o processo de exclusão social que leva a centenas de famílias do processo migratório a não conseguirem o acesso ou o beneficiamento das possibilidades oferecidas. Não consideramos somente o acesso na forma como a sociedade de consumo está concebida, em que todos devem consumir desenfreadamente para se sentirem incluídos, mas de bens básicos, como saúde, transporte, educação de boa qualidade. Sendo assim, deve-se considerar aspectos de inclusão, tanto materiais como de direitos, como a segurança, justiça, cidadania e a representação política (RODGERS apud ROLNIK, 2009, s/p.). Além disso,

[...] cidades transformadas como objeto de consumo, agregam conteúdos sociais às formas construídas que se articulam fortemente para criar territórios urbanos. Assim, os espaços passam a ser diferenciados por suas “formas-conteúdo”, e não apenas por condições variáveis da natureza e da sociedade. As sociedades ao produzirem seu espaço valorizam ou desvalorizam certas porções do território que vão ser apropriadas por diferentes atores sociais. A configuração territorial possui “uma existência material própria, mas a sua existência social, isto é, existência real, somente lhe é dada pelas relações sociais” e esse conjunto de relações expressa uma “configuração geográfica.” (SANTOS, 1996, p.51).

Aliado aos preconceitos já existentes e a explicações, por vezes erroneamente sacralizadas, tanto a violência como a marginalidade são vinculadas principalmente aos migrantes de origem rural, que não conseguiram fazer a passagem da “tradição para a

modernidade”, argumento certamente infundado. E é nesse dilema que processos, como a fragmentação social, bem como ao acirramento atrelado à segregação socioespacial e até a exclusão territorial produzem para muitos, uma vida cotidiana cheia de riscos que bloqueiam o acesso a empregos e oportunidades de todas as ordens, que estão por vezes concentradas nos “enclaves” - termo utilizado por Caldeira (2000) – para designar aqueles que estão protegidos pela construção dos muros e das cercas, que não desejam ser incomodados ou que tenham que se misturar a “não-iguais” econômica ou socialmente.

Estes territórios e seres humanos segregados, por vezes excluídos, constituem um modo de vida forçado e à revelia da presença do Estado ou na continuidade de qualquer esfera pública e, portanto, desenvolvem-se sem qualquer controle e assistência (ROLNIK, 2009).

Nesse sentido, para (COUTO, 2009, s/p). “[...] a segregação socioespacial é uma das características mais marcantes da exclusão social, pois o espaço é separado de acordo com o nível de renda e prosperidade econômica [...]”.

[...] Serviços públicos, quando existentes, são mais precários do que em outras partes das cidades; trabalhar nessas áreas muitas vezes é visto pelos funcionários públicos como “castigo”. Mais do que isso, viver permanentemente sob uma condição de privação de necessidades ambientais básicas faz os habitantes se sentirem como se suas vidas tivessem pouco valor. (ROLNIK, 2009, s/p).

Neste contexto, aliado ao agronegócio no campo, bem como proporciona às cidades, a modernidade e à lógica do capital, a exclusão socioespacial e socioterritorial são marcas da dificuldade de acessos a serviços de infra-estrutura, e de oportunidades de emprego com vistas à extração da mais-valia até as últimas consequências.

Para Castells (1996), a exclusão social tem a capacidade de atingir tanto indivíduos quanto territórios, de forma que cidades, regiões, e até mesmo países são constituídos como excluídos em sua totalidade, mesmo que o capital tenha como pretensões a reserva de valor desses.

Contrapondo a idéia de Martins (1997), sobre uma possível inclusão precarizada ou uma “certa exclusão”, nossa análise considera que mesmo havendo espaços de reserva de valor e um exército industrial de reserva enormemente disputado, acreditamos que muitos indivíduos continuarão a fazer parte de uma camada da sociedade, que continuará a ser excluída e que talvez jamais será incluída, na medida em que, nem o Estado ou outras entidades dão conta de tal situação precária e de abandono.

Não se trata apenas um conceito vago, atribuído por Martins (1997) – a exclusão social – ou dos incluídos, mas sim de indivíduos que jamais estarão no rol de direitos básicos para sua sobrevivência, em que nas mesmas palavras do autor supracitado, não existem alternativas oferecidas, sendo, portanto, insuficientes ou realmente lhes são privadas, sobrando-lhes somente os restos deixados pela sociedade de consumo. Sendo assim, não consideramos isso como um modo de “inclusão precária”, mas sim de miserabilidade extrema e que para muitos transforma-se em condição de invisibilidade (COUTO, 2009).

Desta forma, a cidade e o campo tornam-se palcos de lutas e conflitos socioespaciais, que são construídos ao longo da história; espaços da elite, espaços periféricos; segregados ou segregadores, que representam a dinâmica dos espaços rurais e urbanos, no que se refere à reprodução social.

Modos de vida – no urbano e no rural, e a segregação impositiva

A segregação é uma das formas mais características da atual fase de urbanização brasileira, visto que as melhores localizações residenciais restringem-se a espaços onde poucos têm acesso, além da melhor infra-estrutura e serviços, resultantes de uma divisão social e espacial acirrada.

Seabra (2004) considera que a segregação ganhou graus de complexidade a partir da década de 1970, e que se torna mais clara se analisarmos o modo de vida dos indivíduos. Pois, já que a vida cotidiana é acumulada pelos tempos e materializada no espaço. O que para Raffestin (1993) se eleva ao conceito de território, submete-se as tensões e distinções numa,

[...] territorialidade imediata, banal e original, previsível e imprevisível [...], território dos fatos, da crônica [...]. “[...] o cotidiano do vivido simultânea, territorial e linguisticamente. É o habitar por excelência, riqueza e pobreza, banalidade e originalidade, potência e impotência, ao mesmo tempo. (RAFFESTIN, 1993, p. 6-7).

Outros momentos da história nos revelaram processos segregativos, atualmente as relações tornam-se, muitas vezes, banais no cotidiano, na permanência dos conjuntos habitacionais periféricos, na aglutinação de grandes centros empresariais e favelas amontoadas. Outro viés da segregação que é a auto-segregação, é um recurso que se torna estratégico para a separação já consumada destas relações banalizadas.

É curioso ressaltar que a solução de separação da vida cotidiana encontra sua conflitualidade no interior das relações, bem como dos espaços segregadores. Assim, o indivíduo do campo que foi morar na cidade e que perdeu seus hábitos de vida, vai trabalhar nos grandes condomínios fechados.

Distinções entre ricos e pobres, mas que não impedem que esses possam fazer a sua comida, lavar a sua roupa ou cuidar de suas crianças. Mas, que não podem muitas vezes congrega em espaços com os seus. Isso é visto em vários espaços criados para determinadas classes, não para o conjunto da sociedade, vide *shopping centers*, condomínios, clubes, dentre outros.

[...] Essa talvez seja a maior das diferenças na forma como estão sendo separados ricos e pobres em países como o nosso. Aqui a miséria é tão geral e contundente que riqueza e pobreza se juntam de forma inesperada. E então, as mensagens do rádio, do jornal, os modos de lidar com os alimentos, com idosos, com crianças, de lhes indicar caminhos ou de não indicar, assim como comentários banais e outros, quem sabe menos banais, porém cotidianos, chegam homeopaticamente aos mais simples, ignorando a separação, podendo, inclusive, ser de alguma forma absorvidos [...]. (SEABRA, 2004, p. 199).

Na expectativa de trabalho e melhores condições de vida, os migrantes encontraram outras condições e modos de vida na cidade, devido à especialização das forças produtivas, que se configuram como aquelas que integram a arena dos conflitos e de forma tão complexa na vida urbana.

Os gêneros de vida e o cotidiano são uma importante contribuição de Seabra (2004), para as questões tratadas acerca do tema tratado neste artigo, na medida em que transpõem elementos econômicos, colocando em evidência outras características acumuladas no processo de segregação socioespacial.

Cada grupo humano também desenvolve sua maneira de sobrevivência e mesmo do próprio viver, seja aquele recém-chegado a cidade que se vislumbra ou se apavora diante da imensidão de variáveis, seja aquele já cidadão, e por ora, já “acostumado” com as agruras do dia-a-dia.

Considerações finais

Acreditamos ser de suma importância refletir sobre os processos de segregação observados não somente na cidade, mas também no meio rural.

O cotidiano, o território, os espaços urbanos ou rurais estão imbricados numa dialética em que os menos favorecidos podem até ser chamados de “empreendedores”, na medida em que para sobreviver fazem verdadeiros malabarismos com a própria vida.

A inclusão da maioria desses não ocorre no viés econômico, como também na falta de garantia aos seus direitos, que lhes são negados cotidianamente, tornando a vida mais rude e difícil.

Não é o campo ou a vida urbana em si que cansam a existência, mas as condições que muitos são obrigados a suportar por um punhado de comida ou pelo resto dela, e que requer lutas exaustivas dos diversos movimentos sociais nos respectivos espaços.

Minorar situações de pobreza não é ser um “incluído precário”, é ter garantia aos direitos já estabelecidos em lei e que se devem fazer cumprir.

Os espaços de segregação vão muito além dos muros e das cercas materializadas, e envolvem todo o cotidiano, e as relações do ir e do vir e do apropriar-se, de condições dignas a sobrevivência.

Referências Bibliográficas

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da Agricultura e Concentração Fundiária no Município de Ipanguaçu**. Recife: UFPE, 2008.

BOCK, Renato. **Da Vergonha dos Muros**. Disponível em: <<http://www.periperiascom/mundo/258Bockmurosvergonha.html>> Acesso em: 10 jul. 2009

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Questão da Habitação na Metrôpole de São Paulo**. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(046\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(046).htm)> Acesso em: 10 jul. 2009.

CARVALHO, Carlos Alberto José de. **A Contribuição do Conceito de Território para uma Gestão Socialmente Justa da Cidade**. Disponível em: <http://www.cidadessaudaveis.org.br/art_carlos_alberto.pdf> Acesso em 10 jul. 2009

CASTELLS, Manoel. **O Fim do Milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **A Cidade Dividida: da inclusão a precária à territorialização perversa**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/4155/1/a-cidade-dividida-da-inclusao-precaria-a-territorializacao-perversa/pagina1.html>> Acesso em: 10 jun. 2009.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil, 2006.

FERNANDES, B. M. **Espaços Agrários de Exclusão e Inclusão Social**: novas configurações do campo brasileiro. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **O Limite das Cercas**: desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Exclusão Territorial e Violência**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n14/v13n4a10.pdf>> Acesso em 10 jun. 2009

SANTOS, Francisco Kennedy dos. Uma análise da estrutura fundiária e dos determinantes do preço e uso de terras no Perímetro Irrigado Morada Nova. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil, 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAQUET, Marcos. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (Org.) **Produção do Espaço e Redefinições Regionais**: a construção de uma temática. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP/GAsPERR, 2005.

SCHWARTZMAN, S. **As Causas da Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do Uso: Cotidiano e Modo de Vida. In: **Cidades: Revista Científica/Grupo de Estudos Urbanos**, vol.1, n.1, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceito e Temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1996. Colocar os nomes dos autores.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da Divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SPOSATI, Aldaísa. **Tendências da Exclusão**. São Paulo: Cortez, 2000.

SPOSITO, M. Encarnação B. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**. Dourados: AGB, n. 4, set-dez 1996, p. 71-85.

SVAMPA, Maristella; SILVA, Michelle Amaral da. **Os Muros da Exclusão**. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/os-muros-da-exclusao>> Acesso em 10 jun. 2009

VILLAÇA, Flávio. **O que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Habitação**. São Paulo: Global, 1986.